

Baritira Agropecuária S.A. CNPJ 20.990.981/0001-12 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, Nota, Controladora, Consolidado. Rows include Ativo Circulante, Passivo Circulante, Ativo não circulante, Passivo não circulante, Total do ativo, Total do passivo e Total do patrimônio líquido.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Capital social, Legal, Reserva especial de lucros, Reserva acumulada, Lucros acumulados, Total. Rows show changes for 2019 and 2020.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, Nota, Controladora, Consolidado. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos, Financiamentos.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, Nota, Controladora, Consolidado. Rows include Receita líquida, Lucro líquido, Despesas com vendas, Resultado do exercício.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, Controladora, Consolidado. Rows include Resultado do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Baritira Agropecuária S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua 5, nº 691, 23ª andar, Setor Oeste, Goiânia - GO. 1.1 Reestruturação societária: Em 1º de junho de 2021, a Companhia BMYE Participações S.A. adquiriu da empresa Brookfield Brazil Holdings and Financial LLC, conforme contrato "Purchase Agreement Brapa".

Table with columns: 70.632, 70.632, 72.824, 72.824. Rows include Imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Resultado do exercício.

Demonstrações dos fluxos de caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro líquido do exercício

Table with columns: Apresentado anteriormente, Ajustes (Não auditado), Reapresentado anteriormente, Apresentado, Ajustes (Não auditado), Reapresentado. Rows include Depreciação do imóvel, Amortização de intangível, Despesas com vendas, Resultado do exercício.

2 Aquisição de controladas 2.1 Aquisição pela controlada CMBM Participações Ltda. ("CMBM")

Em 30 de novembro de 2021, a controlada CMBM adquiriu 100% dos capitais sociais das empresas Angelim Participações S.A., Burtipar Participações S.A., Tamboril Participações S.A., Ibiapar Participações S.A., Indaiá Participações S.A., Guaruá Participações S.A., Fazendas Alvorada Participações S.A., Talismã Participações S.A., Sublime Participações S.A., Fazenda Colorado Participações S.A., Fazendas Flores Participações S.A., sociedades anônimas de capital fechado com sede na Av. João Cabral de Melo Neto, nº 850, bloco 002, sala 0215, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.

4 Entidades do grupo

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas direta e indiretamente. O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais, e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades.

3 Retificação de erros

Durante o exercício de 2021, a Administração identificou que determinadas transações precisavam ser melhor apresentadas nos saldos comparativos das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com impacto nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Modificação funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



**Nota Explicativa nº 20 - Revisão da vida útil do imobilizado**  
Para os ativos com vida útil definida é revisada, no fechamento de cada exercício social, a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado, no fechamento do exercício social, o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas, se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

**Nota explicativa nº 21 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio**  
Principais permissões em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

**Nota explicativa nº 25 - Provisões para processos judiciais**  
As empresas que compõem a Companhia são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relação no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

**Nota explicativa nº 26 (c) - Incerteza sobre tratamento tributário sobre o lucro.**  
Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**(iii) Mensuração a valor justo**  
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preço, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

As mensurações de valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, exceto quando os seguintes. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- Nível 1: inputs cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: preços, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As diferenças financeiras as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

**Base de consolidação**  
Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 16 - Ativos biológicos
- Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

**7 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- Nível 1: inputs cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: preços, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As diferenças financeiras as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

**(i) Combinações de negócios**  
Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a A Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos continuariam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

**(ii) Eliminação de transações intergrupais**  
Os saldos e transações intergrupais que permitem uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimonial.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

**(iii) Controles**  
A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

**(iv) Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.**

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação das participações de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

**b. Receita operacional**  
A Companhia e suas controladas seguem a estrutura concisual da norma para reconhecimento da receita que estabelece o modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia e pelas suas controladas, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. É mensurada pelo valor/ultima parcela recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

**c. Benefícios de curto prazo a empregados**  
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**d. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras
- Receita de juros
- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As taxas de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro.
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda por valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução no valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

**e. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados de acordo com os registros contábeis regulamentares, utilizando-se a metodologia do lucro real. No critério de apuração pelo lucro real os impostos são calculados como um percentual do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação tributária vigente, aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos nos resultados financeiros se os critérios relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**  
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são reconhecidos somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**  
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(iii) Ativos biológicos**  
Os ativos biológicos "pecuária" são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda não reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte.

**g. Estoques**  
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trat-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**h. Investimentos**  
O investimento nas empresas ou na empresa sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária.

Quando o custo de aquisição de um item do imobilizado é diferente dos custos das coligações com base no método de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

**i. Imobilizado**  
**(i) Reconhecimento e mensuração**  
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas decorrentes por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando o custo de aquisição de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2010 (1º de abril de 2009). O efeito apurado foi reconhecido em conta de reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, e é amortizado pela depreciação, alienação ou obsolescência dos bens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**  
Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**  
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item de imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorridos no uso. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que mais ocorre entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Seringueiras	10%	10%	10%	10%
Pastagens	10%	10%	3%	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	10%	10%	10%
Tratores	8%	8%	8%	8%
Colheitadeiras	8%	8%	8%	8%
Edifícios e construções	4%	4%	4%	4%
Computadores e periféricos	20%	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%	10%
Desenvolvimento de solo	7%	7%	7%	7%
Silo	3%	3%	3%	3%
Outros	20%	10%	20%	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**Intangível e ágio**  
**(i) Ágio**  
O ágio resultante na aquisição de controlada é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Outros ativos intangíveis**  
Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é alienado.

**(iii) Gastos subsequentes**  
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorridos no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iv) Amortização**  
A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o

custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. A vida útil estimada é a seguinte:

Taxa (%) a.a.
20%
20%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**Propriedades para investimentos**  
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel para valorização de capitais, mas não para venda no curso normal dos negócios. As fazendas arrendadas que atendam aos requisitos do CPC 28 são contabilizadas como propriedade para investimento. A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido, se aplicável, das respectivas depreciações acumuladas. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se benefícios econômicos associados a esses gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O valor justo da propriedade para investimento é determinado anualmente, somente para fins de divulgação, conforme Nota Explicativa nº 17.

**(i) Instrumentos financeiros**  
**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**  
O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de gado bovino e soja. É registrado pelo valor original, acrescido das remunerações financeiras contratuais, quando aplicável, até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. As provisões para perda de crédito esperadas são efetuadas em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas na realização de créditos a receber. A Companhia avalia a perda esperada da sua carteira de clientes em todas as regiões, bem como os fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas, mensurando o impacto de crédito esperado tanto no nível individualizado quanto coletivo.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando as empresas da Companhia se tomam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado pelo VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As Companhias utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção dos riscos relacionados à moeda estrangeira, na modalidade de contratos a termo de moeda Non Deliverable Forward (NDF) e SWAP. Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados, sendo, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado definitivo, a menos que o derivativo seja designado como instrumento de hedge, no caso da data de reconhecimento no resultado depender de natureza da relação de hedge.

O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía operações com derivativos, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 32.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**  
**Ativos financeiros**  
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**(iii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de juros e de juros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Para fins de avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a apresentação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal de e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de fluxos de caixa do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

- Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**  
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(vi) Desreconhecimento**  
Ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirar, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros  
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Os desreconhecimentos de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(vii) Ativos passivos**  
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Capital social**  
As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

**n. Redução ao valor recuperável (impairment)**  
**(i) Ativos financeiros não derivativos**  
Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativos financeiros a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

**Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço**  
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e consistindo de informações prospectivas (forward-looking).

As perdas de crédito esperadas são o risco de crédito de um ativo financeiro aumento significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro estiver devido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas  
As provisões para perdas estimadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação  
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências de problemas de recuperação incluem problemas de recuperação que resultam de quaisquer dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Restauração de um valor devido à Companhia em termos que não seriam aceitos em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título ou causa de dificuldades financeiras.

Quando o valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o valor financeiro em sua totalidade ou em parte.

**(ii) Ativos não financeiros**  
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas dessas unidades geradoras independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gado bovino	129.369	116.594	129.369	116.594
Lavouras em formação	70.851	43.425	181.659	66.531
Outros (I)	1.509	1.543	5.415	1.543
<b>Total</b>	<b>201.729</b>	<b>161.562</b>	<b>316.443</b>	<b>184.788</b>
Circulante	108.000	78.330	222.536	101.536
Não circulante	93.729	83.232	93.907	83.252

(ii) Neste saldo estão registrados os gastos incorridos de lavoura de cana-de-açúcar até o exercício de 2020 e do gado parreira, equinos, eguás, garanhões e animais de trabalho, incluindo salários, insumos, depreciação de pastagens, entre outros.

A Companhia e suas controladas adotam o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico, atendendo, assim, aos requisitos estabelecidos neste, no qual os seus ativos biológicos ("pecuária") são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e o final de cada período de competência.

**a. Gado bovino**

Os ativos biológicos de gado bovino são avaliados pela média do valor de mercado regional divulgado por consultoria independente, para cada categoria de animal, cuja idade seja inferior a dois anos. Animais com idade superior a dois anos possuem como referência o peso multiplicado pelo valor da arroba (@) de vaca – também divulgado no boletim da referência consultoria.

O valor justo dos ativos biológicos é descontado pelas respectivas despesas com venda, conforme disposto no Item 12 do CPC 29. As despesas de vendas estimadas correspondem a frete, comissão de leiloeiros e impostos.

A seguir é demonstrada a movimentação do saldo de gado bovino, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora	Consolidado
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>83.273</b>	<b>83.273</b>
Nascimentos/compras	13.492	13.492
Baixas por venda/morte	(12.072)	(12.072)
Varição do valor justo	31.901	31.901
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>116.594</b>	<b>116.594</b>
Nascimentos/compras	12.176	12.176
Baixas por venda/morte	(24.521)	(24.521)
Aumento decorrente de custos de produção	14.585	14.585
Varição do valor justo	10.535	10.535
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>129.369</b>	<b>129.369</b>

O valor justo dos ativos biológicos é determinado para venda consistiam em 36.408 cabeças de gado (38.533 em 2020). As premissas utilizadas na determinação do valor justo, com exceção dos bezeros, são:

Unidade	2021	2020
Quantidade de Gado	36.408	38.533
Preço médio por @	R\$ 3.085,5	291,4
Preço médio por cabeça	R\$ 3.685,68	3.675,86

A administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível a variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados.

A administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade e o preço de mercado, nesse contexto, se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de variação do valor justo dos ativos biológicos na demonstração do resultado seria apresentada, com aumento ou redução, respectivamente, de R\$ 1.084.

**b. Lavouras em formação**

	Controladora	Consolidado
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>41.876</b>	<b>63.221</b>
Aumento decorrente de gastos com plantio	60.533	93.371
Redução decorrente da colheita do produto agrícola	(47.401)	(73.972)
Varição do valor justo	(11.583)	(15.989)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>43.425</b>	<b>66.531</b>
Saldo inicial das empresas adquiridas	66.631	61.704
Aumento decorrente de gastos com plantio	88.336	150.007
Redução decorrente da colheita do produto agrícola	(41.456)	(73.313)
Varição do valor justo	(19.454)	(23.370)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>70.851</b>	<b>181.659</b>

O valor justo das lavouras foi determinado por uma metodologia de Nível 2, que considerou o fluxo de caixa descontado, e as seguintes premissas:

Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da estimativa de produção na safra, ponderando o aproveitamento para semente, pelo preço de mercado futuro, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços de sementes; e Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica (tratos culturais); (ii) custos de canal (aluguel/arrendimento das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Nesse sentido, as principais premissas utilizadas para o referido cálculo estão apresentadas abaixo:

	2021	2020
Premissas		
Hectares plantados (há)	38.013	40.561
Mais valia aquisição estimada (sacas por há)	14	14
Preço soja grão / saca 60 kg	98,95	81,40

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo são registradas na rubrica "Ativos biológicos" e tem como contrapartida o resultado.

**Análise de sensibilidade**

A administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível a variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade e o preço dos produtos, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de variação do valor justo dos ativos biológicos na demonstração do resultado seria apresentada, respectivamente, por R\$ 4.307 ou (R\$ 3.524).

**Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações. Esses riscos e estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo.

**(i) Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais no local que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento dessas leis.

**(ii) Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de gado. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências de mercado para volumes projetados de corte e preço.

(iii) **Riscos relacionados ao clima**

As plantações da Companhia estão expostas ao risco de danos causados por eventos climáticos extremos, como tempestades, ventos fortes e seca. Mudanças nas condições climáticas globais podem intensificar um ou mais desses eventos. Períodos de seca e altas temperaturas podem aumentar o risco de incêndios e surtos de insetos. Além de seus efeitos sobre a produtividade, eventos climáticos extremos também podem aumentar o custo das operações. A Companhia possui extensos processos em vigor com o objetivo de monitorar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e detecção antecipada.

**c. Outros**

	Controladora	Consolidado
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.834</b>	<b>12.834</b>
Aumento decorrente de gastos com plantio	4.004	4.004
Redução decorrente da colheita do produto agrícola	(11.148)	(11.148)
Varição do valor justo	(4.147)	(4.147)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.543</b>	<b>1.543</b>
Saldo inicial das empresas adquiridas	1.543	3.850
Aumento decorrente de gastos com plantio	675	889
Redução decorrente da colheita do produto agrícola	(709)	(867)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.509</b>	<b>5.415</b>

**17 Propriedade para investimentos**

	Controladora	Consolidado
<b>2021</b>	<b>422</b>	<b>422</b>
<b>2020</b>	<b>422</b>	<b>422</b>

Terra nua – Fazenda Mosquito

A Administração alterou sua estratégia de atuação no segmento de produção de cana-de-açúcar, optando pelo arrendamento dos hectares destinados a essa operação. O principal intuito da Administração foi minimizar os riscos operacionais provenientes do cultivo dessa cultura, por exemplo, incertezas de produtividades em razão das variações climáticas, oscilação significativa na relação entre oferta e demanda, flutuação de preços dos insumos atrelados à moeda estrangeira, entre outros que suportam a decisão estratégica.

O valor justo da propriedade para investimento foi determinado pela Companhia com base no valor determinado no contrato de compra e venda, assinado em 5 de março de 2021, entre a Companhia e uma entidade terceira, que definiu o valor da Fazenda Mosquito em R\$ 90.460.

**18 Direito de uso**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de prédios e equipamentos que geram apoio em parte de sua produção. Durante o exercício, a Companhia e suas controladas reconheceram custos de depreciação com taxa média anual de amortização de 6,64% a.a. A movimentação do direito de uso durante o exercício foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado
<b>Custo</b>	<b>Imóveis</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.895</b>
Remensuração de contratos	250
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.145</b>
Baixas de contratos	(2.145)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>
<b>Amortização</b>	<b>(473)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(485)</b>
Adições	(958)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(247)</b>
Baixas	1.205
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.187</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>

**19 Investimentos**

Os percentuais de participação, os saldos patrimoniais e de resultado das controladas e o resultado de equivalência estão apresentados a seguir:

Controladora	Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
<b>31 de dezembro de 2021</b>								
Murumbi Agropecuária S.A.	100,00%	66.432	37.570	7.187	13.175	83.641	7.964	7.964
CMBM Participações Ltda.	100,00%	226	458.992	160.038	-	299.179	(823)	(823)
Barreira Gestão Agropecuária Ltda.	100,00%	3.644	259	2.153	-	1.750	-	-
<b>Total</b>								<b>7.141</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>								
Murumbi Agropecuária S.A.	100,00%	49.999	46.177	6.590	16.574	73.011	4.230	4.230
<b>Total</b>								<b>4.230</b>

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos saldos de investimentos da controladora em suas controladas diretas:

**Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados à pecuária. Esses riscos e estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo.

**(i) Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais no local que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento dessas leis.

**(ii) Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>73.011</b>	<b>7.500</b>
Murumbi Agropecuária S.A.	24.678	-
Mais valia aquisição Murumbi Agropecuária S.A.	-	300.002
CHMBM Participações Ltda.	-	(823)
Barreira Gestão Agropecuária Ltda.	-	1.444
<b>Total</b>	<b>97.889</b>	<b>307.808</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>68.781</b>	<b>4.230</b>
Mais valia aquisição Murumbi Agropecuária S.A.	24.678	-
<b>Total</b>	<b>93.459</b>	<b>4.230</b>

Ganho de compra vantajosa no valor R\$ 1.444 referente à diferença entre a compra da empresa Barreira Gestão Agropecuária Ltda., e o valor do patrimônio líquido que ela possuía em 30 de novembro de 2021. O patrimônio líquido da Barreira Gestão Agropecuária Ltda., em 31 de novembro de 2021, tinha o valor de R\$ 1.750 e a Companhia pagou pela aquisição o montante de R\$ 306, gerando assim o ganho de R\$ 1.444 para a Companhia

Controladora	Terrenos	Seringueiras	Pastagens	Máquinas, equipamentos e instalações	Tratores	Colheitadeiras	Cana de açúcar	Edifícios e construções	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Desenvolvimento de solo	Silo	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
<b>Custo:</b>															
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>175.741</b>	<b>3.292</b>	<b>22.618</b>	<b>32.115</b>	<b>17.137</b>	<b>17.893</b>	<b>24.301</b>	<b>16.274</b>	<b>1.272</b>	<b>1.444</b>	<b>36.772</b>	<b>10.871</b>	<b>8.707</b>	<b>2.240</b>	<b>370.677</b>
Adições	54	1.183	-	765	3	-	-	223	42	-	-	-	9.640	717	12.627
Baixas	(59)	-	-	(1.175)	(1.586)	(2.319)	(24.301)	(394)	(40)	(201)	-	-	(228)	(102)	(30.434)
Transferências	(422)	-	2.240	496	50	139	-	14	62	(146)	(10.068)	-	146	(42)	(8.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>175.314</b>	<b>4.475</b>	<b>24.858</b>	<b>32.371</b>	<b>15.658</b>	<b>15.624</b>	<b>16.019</b>	<b>16.019</b>	<b>1.493</b>	<b>43.243</b>	<b>10.871</b>	<b>8.051</b>	<b>3.001</b>	<b>352.449</b>	
Adições (i)	-	44	-	7.711	7.252	2.424	-	-	285	-	-	-	11.028	156	29.241
Baixas (i)	(3.972)	-	-	(1.241)	(562)	-	-	-	(1.030)	(653)	-	-	(2.055)	(264)	(9.898)
Transferências	-	-	1.710	677	54	115	-	348	1	4.917	-	-	(7.827)	5	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>171.342</b>	<b>4.519</b>	<b>26.447</b>	<b>39.518</b>	<b>22.402</b>	<b>18.163</b>	<b>16.367</b>	<b>748</b>	<b>1.160</b>	<b>48.160</b>	<b>10.871</b>	<b>9.197</b>	<b>2.899</b>	<b>371.792</b>	
<b>Depreciação:</b>															
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.273)</b>	<b>(20.059)</b>	<b>(9.621)</b>	<b>(7.533)</b>	<b>(6.044)</b>	<b>(6.417)</b>	<b>(815)</b>	<b>(855)</b>	<b>(15.893)</b>	<b>(1.304)</b>	<b>-</b>	<b>(1.365)</b>	<b>(85.179)</b>
Depreciação no exercício	-	-	(1.851)	(2.201)	(1.151)	(1.151)	(4.053)	(823)	46	(107)	(3.447)	(363)	-	(163)	(15.232)
Baixas	-	-	-	1.017	909	2.002	10.097	366	13	201	-	-	-	99	14.721
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.924)</b>	<b>(21.362)</b>	<b>(9.872)</b>	<b>(6.682)</b>	<b>(6.674)</b>	<b>(9.711)</b>	<b>(845)</b>	<b>(19.139)</b>	<b>(1.667)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.428)</b>	<b>(85.690)</b>
Depreciação no exercício	-	-	(1.269)	(2.294)	(1.247)	(1.006)	-	(578)	(96)	(64)	(3.848)	(363)	-	(142)	(10.927)
Baixas	-	-	121	809	433	-	-	677	435	677	-	-	-	123	2.598
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.072)</b>	<b>(22.847)</b>	<b>(10.711)</b>	<b>(7.688)</b>	<b>-</b>	<b>(7.252)</b>	<b>(390)</b>	<b>(594)</b>	<b>(22.987)</b>	<b>(2.030)</b>	<b>-</b>	<b>(1.448)</b>	<b>(94.019)</b>
<b>Valor contábil líquido:</b>															
Em 31 de dezembro de 2020	175.314	4.475	7.934	11.009	5.761	8.942	-	9.345	522	526	24.104	9.204	8.051	1.572	266.759
Em 31 de dezembro de 2021	171.342	4.519	8.375	16.671	11.691	10.475	-	9.115	358	668	25.173	8.841	9.197	1.450	277.773
<b>Controladora</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Seringueiras</b>	<b>Pastagens</b>	<b>Máquinas, equipamentos e instalações</b>	<b>Tratores</b>	<b>Colheitadeiras</b>	<b>Cana de açúcar</b>	<b>Edifícios e construções</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Desenvolvimento de solo</b>	<b>Silo</b>	<b>Obras e instalações em andamento</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo:</b>															
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>202.043</b>	<b>3.292</b>	<b>22.618</b>	<b>38.144</b>	<b>22.481</b>	<b>23.161</b>	<b>24.301</b>	<b>20.066</b>	<b>1.363</b>	<b>1.670</b>	<b>61.787</b>	<b>18.371</b>	<b>11.175</b>	<b>3.381</b>	<b>453.853</b>
Adições	54	1.183	-	977	3	-	-	235	7	(72)	-	4	13.042	722	16.293
Baixas	(59)	-	-	(1.296)	(1.630)	(2.334)	(24.301)	(394)	(43)	(201)	-	-	(228)	(102)	(30.434)
Transferências	(422)	-	2.240	496	183	81	-	323	38	(146)	(10.068)	-	146	(42)	(8.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>201.616</b>	<b>4.475</b>	<b>24.858</b>	<b>38.601</b>	<b>21.047</b>	<b>20.908</b>	<b>16.019</b>	<b>19.996</b>	<b>1.593</b>	<b>1.720</b>	<b>70.004</b>	<b>18.375</b>	<b>11.737</b>	<b>4.172</b>	<b>439.102</b>
Aquisição de controladas (ii)	274.798	-	1.598	18.681	10.187	12.239	-	12.384	58	429	46.597	24.367	4.779	2.646	408.763
Adições	-	44	-	10.611	11.135	2.510	-	289	359	-	-	-	16.762	512	42.222
Baixas (i)	(3.972)	-	-	(9.106)	(9.826)	(5.233)	-	(1.030)	(655)	-	-	-	(2.303)	(267)	(32.513)
Transferências	-	-	1.710</												

